



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 39237 - SP (2019/0331186-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECLAMANTE : MARCOS MEDEIROS
ADVOGADO : ALBERTO GERMANO - SP260898
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : CONDOMINIO MAISON GRENOBLE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL RECLAMADO QUE NÃO OFENDE OBJETIVAMENTE DECISÃO EMANADA DO STJ. DESCABIMENTO.

1. Para que a reclamação seja admitida, é imprescindível que se caracterize, de modo objetivo, usurpação de competência deste Tribunal ou ofensa direta à decisão aqui proferida, circunstâncias não evidenciadas nos autos.
2. Petição inicial indeferida. Processo extinto sem resolução de mérito.

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por MARCOS MEDEIROS em face do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento nos arts. 988 do CPC/15 e 187 do RISTJ.

Em síntese, o reclamante sustenta que deve o Tribunal de origem observar as orientações constantes dos recursos repetitivos REsp n. 1.345.331/RS (Tema 886) e REsp n. 1.483. 930/DF (Tema 949), no sentido de que tanto o adquirente a título particular quanto o adquirente de alienação judicial, tem responsabilidade sobre débitos de taxas de condomínio somente a partir da imissão na posse, respeitado o prazo de prescrição quinquenal para a cobrança após essa imissão, desde que documentalmente comprovado (e-STJ fl. 40).

Alega, ainda, que o Tribunal de origem não teria observado a irregularidade do título executivo e as nulidades existentes nos autos, devendo a presente reclamação ser deferida para acolhendo a objeção de pré-executividade, ser suspensa o cumprimento de sentença.

RELATADO O PROCESSO. DECIDO.

À luz do disposto nos arts. 988 do CPC e 187 do RISTJ, a reclamação, em razão de sua natureza excepcional, destina-se à preservação da competência deste Tribunal e à garantia da autoridade de seus julgados apenas quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão impugnada.

Como ressaltou a Corte Especial por ocasião do julgamento do AgRg na Rcl 29.329/MS (DJe de 03/08/2016), a reclamação é cabível para assegurar-se que ordens diretas emanadas por este Sodalício não sejam descumpridas nas instâncias ordinárias, de forma que não se admite o manejo desta ação com o simples intuito de reexame de questões já decididas no Tribunal local.

Saliente-se, ademais, que a orientação desta Corte é pacífica no sentido de que a reclamação não se presta para compelir os julgadores da instância ordinária a observarem a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em sede de recurso repetitivo. Confira-se, nesse sentido, os seguintes julgados: AgRg na Rcl 22.505/SP, 2ª Seção, DJe de 15/04/2015; e, AgInt na Rcl 28.688/RJ, 2ª Seção, DJe de 29/08/2016.

Nesses termos, tendo em vista que, na hipótese dos autos, não sobressai, de modo objetivo, ofensa direta a decisão emanada por esta Corte, sendo nítido o intuito do reclamante para que seja aplicado entendimento que lhe parece desejável como sucedâneo recursal das vias ordinárias, não prospera a presente reclamação.

Forte nessas razões, INDEFIRO liminarmente a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a reclamação, sem exame de mérito, com fundamento no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora